



**Caderno Administrativo  
Conselho Superior da Justiça do Trabalho**

**DIÁRIO ELETRÔNICO DA JUSTIÇA DO TRABALHO**

PODER JUDICIÁRIO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Nº4027/2024

Data da disponibilização: Quinta-feira, 01 de Agosto de 2024.

<p>Conselho Superior da Justiça do Trabalho</p> <p>Ministro Conselheiro Lelio Bentes Corrêa Presidente</p> <p>Ministro Conselheiro Aloysio Silva Corrêa da Veiga Vice-Presidente</p> <p>Ministra Conselheira Dora Maria da Costa Corregedora-Geral da Justiça do Trabalho</p>	<p>Setor de Administração Federal Sul (SAFS) Quadra 8 - Lote 1, Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF CEP: 70070943</p> <p>Telefone(s) : (61) 3043-3710 (61) 3043-3658</p>
---	--

**Conselho Superior da Justiça do Trabalho**

**Ato**

**ATO CONJUNTO**

**ATO CONJUNTO TST.CSJT.GP N.º 52, DE 1º DE AGOSTO DE 2024.**

Altera o ATO CONJUNTO TST.CSJT.GP N.º 77/2023, que dispõe sobre a publicação dos atos judiciais dos órgãos da Justiça do Trabalho no Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN).

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO e do CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

considerando o teor do Processo Administrativo n.º 6000354/2023-00,

**RESOLVE**

**Art. 1º** O ATO CONJUNTO TST.CSJT.GP N.º 77, de 27 de outubro de 2023, passa a vigorar com as seguintes alterações:

**"Art. 2º** .....

**§ 1º** Os atos mencionados no caput referem-se a acórdãos, sentenças, decisões, despachos, editais, intimações, bem como a listas de distribuição e de redistribuição de processos.

**§ 2º** No Tribunal Superior do Trabalho, as pautas das sessões de julgamento passarão a ser disponibilizadas no DJEN, a partir de 1º de agosto de 2024, e as atas das sessões de julgamento continuarão a ser disponibilizadas exclusivamente nos respectivos Cadernos Judiciários do Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT), enquanto não for desenvolvida funcionalidade para publicação no DJEN.

**§ 3º** As atas e as pautas das sessões de julgamento nos Tribunais Regionais do Trabalho continuarão a ser disponibilizadas exclusivamente nos respectivos Cadernos Judiciários do DEJT, enquanto não for desenvolvida funcionalidade para publicação no DJEN." (NR)

**"Art. 3º** A disponibilização de matérias no DJEN será feita de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados nacionais e regionais registrados no sistema processual.

**§ 1º** Os atos judiciais enviados até as 22h29 serão disponibilizados no DJEN no primeiro dia útil seguinte.

**§ 2º** O cancelamento de matérias encaminhadas para disponibilização deverá ser realizado pelo sistema PJe, até as 23h59 do dia do envio.

.....

**§ 5º** As matérias disponibilizadas no DJEN não poderão ser modificadas ou suprimidas, ficando estabelecido que eventuais retificações deverão constar de nova publicação.

**§ 6º** Poderá ser realizada, excepcionalmente, a exclusão de matéria disponibilizada no DJEN, mediante autorização expressa do respectivo

Presidente do órgão da Justiça do Trabalho, quando o conteúdo veiculado:

I- for incompatível com a finalidade do DJEN;

II- estiver protegido por sigilo ou segredo de justiça." (NR)

"**Art. 11.** Ficam mantidas válidas, para quaisquer efeitos legais, as publicações de matérias judiciais no DEJT não relacionadas no art. 2º, § 1º, deste Ato Conjunto, encaminhadas por sistema diverso do PJe, até 31 de janeiro de 2025." (NR)

"**Art. 12.** .....

**Parágrafo único.** Os atos do Conselho Superior da Justiça do Trabalho que tramitem pelo sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) serão disponibilizados no DJEN." (NR)

"**Art. 12-A.** As emendas regimentais, os atos regulamentares, as resoluções, as portarias, as atas das sessões solenes, as designações e os cancelamentos das sessões, os comunicados de realização de sessão administrativa, as autorizações para afastamento do país e outros atos produzidos nas áreas judiciárias e nas corregedorias da Justiça do Trabalho que contenham formato não recepcionado pela plataforma do DJEN serão disponibilizados no Caderno Administrativo do Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT)." (NR)

**Art. 2º** Republique-se o ATO CONJUNTO TST.CSJT.GP N.º 77, de 27 de outubro de 2023, com as alterações promovidas por este Ato.

**Art. 3º** Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

**LELIO BENTES CORRÊA**  
Presidente

## **ATO CONJUNTO TST.CSJT.GP Nº 50, DE 30 DE JULHO DE 2024.**

Institui a Comissão Avaliativa do Prêmio "Justiça do Trabalho Sustentável - 2024 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO E DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

considerando o disposto no parágrafo único do artigo 7º do Ato Conjunto CSJT.TST.GP n.º 71, de 9 de outubro de 2023;

considerando o teor do Processo SEI nº 6003822/2024-00,

### **R E S O L V E**

**Art. 1º** Instituir a Comissão Avaliativa do Prêmio "Justiça do Trabalho Sustentável - 2024", composta pelos seguintes integrantes:

I – Cláudio Mascarenhas Brandão, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho;

II – Daniel Oliveira Lira, Coordenador de Divulgação Científica do Museu dos Povos Indígenas; e

III – Aira Beatriz Cardoso de Souza, estudante e sócia-fundadora do Instituto Nacional Leva Ciência.

**Parágrafo único.** A Divisão de Estratégia, Inovação e Sustentabilidade (Diesis) do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) prestará o apoio necessário para a atuação da Comissão.

**Art. 2º** Compete à Comissão avaliar as boas práticas inscritas, nos termos do Ato Conjunto CSJT.TST.GP n.º 71/2023 e do Edital TST.CSJT n.º 09/2024, e eleger uma prática a ser premiada por cada dimensão de sustentabilidade.

**Art. 3º** Os trabalhos da Comissão serão realizados, preferencialmente, de forma telepresencial.

**Art. 4º** Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

LELIO BENTES CORRÊA  
Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho  
e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

## **ATO CONJUNTO TST.CSJT.GP N.º 77, DE 27 DE OUTUBRO DE 2023.\* (Republicação)**

Dispõe sobre a publicação dos atos judiciais dos órgãos da Justiça do Trabalho no Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN).

O **PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO** e do **CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

considerando que compete ao Tribunal Superior do Trabalho e ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho expedir normas relacionadas aos sistemas de informática, no âmbito de suas competências;

considerando o disposto no art. 4º da Lei n.º 11.419, de 19 de dezembro de 2006, que autoriza a comunicação oficial dos atos processuais por meio eletrônico para quaisquer efeitos legais;

considerando o teor da Resolução n.º 455, editada pelo Conselho Nacional de Justiça, em 27 de abril de 2022, que institui o Portal de Serviços do Poder Judiciário (PSPJ), na Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br), para usuários externos, bem como regulamenta o Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN) e o Domicílio Judicial Eletrônico; e

considerando a necessidade de modernização do fluxo de envio de atos processuais para publicação,

### **RESOLVE:**

**Art. 1º** O presente Ato Conjunto dispõe sobre a publicação dos atos judiciais produzidos pelos órgãos da Justiça do Trabalho no Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN), implantado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

#### **Seção I**

#### **Regras Gerais**

#### **Funcionamento do DJEN**

**Art. 2º** O Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN) passa, a partir de 1º de agosto de 2024, a ser o instrumento oficial de publicação dos atos enviados diretamente pelo sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe), para quaisquer efeitos legais, com exceção dos casos que exijam intimação ou vista pessoal. (Alterado pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 14/2024).

**§ 1º** Os atos mencionados no caput referem-se a acórdãos, sentenças, decisões, despachos, editais, intimações, bem como listas de distribuição e de redistribuição de processos. (Inserido pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 52/2024).

**§ 2º** No Tribunal Superior do Trabalho, as pautas das sessões de julgamento passarão a ser disponibilizadas no DJEN, a partir de 1º de agosto de 2024, e as atas das sessões de julgamento continuarão a ser disponibilizadas exclusivamente nos respectivos Cadernos Judiciários do Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT), enquanto não for desenvolvida funcionalidade para publicação no DJEN. (Inserido pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 52/2024).

**§ 3º** As atas e as pautas das sessões de julgamento nos Tribunais Regionais do Trabalho continuarão a ser disponibilizadas exclusivamente nos respectivos Cadernos Judiciários do DEJT, enquanto não for desenvolvida funcionalidade para publicação no DJEN. (Inserido pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 52/2024).

**Art. 3º** A disponibilização de matérias no DJEN será feita de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados nacionais e regionais registrados no sistema processual. (Alterado pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 52/2024).

**§ 1º** Os atos judiciais enviados até 22h29 serão disponibilizados no DJEN no primeiro dia útil seguinte. (Alterado pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 52/2024).

**§ 2º** O cancelamento de matérias enviadas para disponibilização deverá ser realizado pelo sistema PJe, até 23h59, do dia do envio. (Alterado pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 52/2024).

**§ 3º** A data considerada como de publicação será o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da matéria no DJEN, de acordo com o art. 4º, § 3º, da Lei n.º 11.419, de 19 de dezembro de 2006.

**§ 4º** O início da contagem dos prazos processuais coincidirá com o primeiro dia útil seguinte à data considerada de publicação, conforme preceitua

o art. 4º, § 4º, da Lei n.º 11.419, de 19 de dezembro de 2006.

**§ 5º** As matérias disponibilizadas no DJEN não poderão ser modificadas ou suprimidas, ficando estabelecido que eventuais retificações deverão constar de nova publicação. (Inserido pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 52/2024).

**§ 6º** Poderá ser realizada, excepcionalmente, a exclusão de matéria disponibilizada no DJEN, mediante autorização expressa do respectivo Presidente do órgão da Justiça do Trabalho, quando o conteúdo veiculado: (Inserido pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 52/2024).

I - for incompatível com a finalidade do DJEN; (Inserido pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 52/2024).

II - estiver protegido por sigilo ou segredo de justiça. (Inserido pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 52/2024).

**Art. 4º** Durante o período de suspensão do prazo processual previsto no art. 775-A do Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pela Lei n.º 13.545, de 19 de dezembro de 2017, será mantida a disponibilização de matérias no DJEN, nos termos do art. 28 da Resolução CSJT n.º 185, de 24 de março de 2017, com a redação dada pela Resolução CSJT n.º 241, de 31 de maio de 2019.

**Parágrafo único.** As matérias disponibilizadas a que se refere o caput serão consideradas publicadas no primeiro dia útil seguinte ao do período de suspensão do prazo processual.

**Art. 5º** O Diário de Justiça Eletrônico Nacional estará disponível no sítio do Conselho Nacional de Justiça na internet, no seguinte endereço: <https://comunica.pje.jus.br/>.

**Art. 6º** A divulgação dos dados processuais no DJEN observará o sigilo ou o segredo de justiça, nos termos da legislação.

**Art. 7º** A responsabilidade pelo conteúdo enviado ao DJEN é da unidade que o produziu.

## Seção II

### Regras Transitórias

#### Funcionamento do DJET e do DJEN simultaneamente

**Art. 8º** Os atos enviados diretamente pelo sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe) serão disponibilizados de forma simultânea e automática no Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN) e no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT), até 31 de julho de 2024, com o objetivo de garantir a transição segura do DEJT para o DJEN a partir da data estabelecida no art. 2º deste Ato Conjunto. (Alterado pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 14/2024).

**§ 1º** Até a data prevista no caput, as publicações no DJEN terão caráter meramente informativo, sendo consideradas válidas para quaisquer efeitos legais as publicações no DEJT.

**§ 2º** O envio de matérias para disponibilização no DJEN e no DEJT simultaneamente somente será realizado pelo sistema PJe, observando-se o seguinte cronograma:

a) expedientes: a partir de 2 de maio de 2024; (Alterado pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 14/2024).

b) listas de distribuição de processos: a partir de 1º de junho de 2024; e (Alterado pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 14/2024).

c) pautas de sessão de julgamento e acórdãos: a partir de 1º de julho de 2024. (Alterado pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 14/2024).

**§ 3º** Durante a utilização das duas plataformas de divulgação, competirá às equipes que trabalham com o sistema PJe nos Tribunais e aos Gestores Regionais do DEJT monitorar a equivalência das publicações no DEJT e no DJEN, bem como repassar os resultados à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Setic) e à Gestão Nacional do DEJT no CSJT.

**Art. 9º** A disponibilização de matérias no DEJT e no DJEN será feita de segunda a sexta-feira, a partir das 19h, exceto nos feriados nacionais, mantendo a regra estabelecida no art. 7º do Ato Conjunto TST.CSJT.GP n.º 15, de 5 de junho de 2008.

**§ 1º** O horário-limite para o envio de matérias para o DEJT e para o DJEN será 17h do dia da disponibilização.

**§ 2º** As matérias enviadas para o DEJT e para o DJEN após o horário limite previsto no § 1º deste artigo serão disponibilizadas no primeiro dia útil seguinte.

**§ 3º** O cancelamento de matérias enviadas para disponibilização no DEJT e no DJEN deverá ser realizado por meio do sistema PJe da Justiça do Trabalho, até o horário estabelecido no § 1º deste artigo.

## Seção III

### Disposições Finais

**Art. 10** O DJEN substituirá os Cadernos Judiciários do DEJT, a partir de 1º de agosto de 2024, relativamente à publicação dos atos enviados pelo sistema PJe. (Alterado pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 14/2024).

**Parágrafo único.** As Corregedorias dos Tribunais da Justiça do Trabalho que publicam no DEJT, por meio do sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe Cor), desenvolvido pelo CNJ, deverão adotar o DJEN como meio oficial de disponibilização de seus atos, a partir da data estabelecida no caput.

**Art. 11** Ficam mantidas válidas, para quaisquer efeitos legais, as publicações de matérias judiciais no DEJT não relacionadas no art. 2º, § 1º, deste Ato Conjunto, encaminhadas por sistema diverso do PJe, até 31 de janeiro de 2025. (Alterado pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 52/2024).

**Art. 12** O Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho permanecerá como instrumento de publicação dos atos do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, bem como dos atos de gestão administrativa do Tribunal Superior do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho.

**Parágrafo único.** Os atos do Conselho Superior da Justiça do Trabalho que tramitarem pelo sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) serão disponibilizados no DJEN. (Inserido pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 52/2024).

**Art. 12-A.** As emendas regimentais, os atos regulamentares, as resoluções, as portarias, as atas das sessões solenes, as designações e os cancelamentos das sessões, os comunicados de realização de sessão administrativa, as autorizações para afastamento do país e outros atos produzidos nas áreas judiciárias e nas corregedorias da Justiça do Trabalho que contenham formato não recepcionado pela plataforma do DJEN serão disponibilizados no Caderno Administrativo do Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT). (Inserido pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 52/2024).

**Art. 13** Os horários mencionados neste Ato correspondem ao horário oficial de Brasília - DF.

**Art. 14** Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, observados os procedimentos operacionais determinados pelo Conselho Nacional de Justiça.

**Art. 15** Este Ato Conjunto entra em vigor na data de sua publicação.

**LELIO BENTES CORREA**  
Presidente

\*Republicado nos termos do artigo 1º do Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 52, de 1º de agosto de 2024.

### **ATO CONJUNTO TST.CSJT.GP N.º 44, DE 3 DE JULHO DE 2024.\* (Republicação)**

Institui Grupo de Trabalho com o objetivo de propor projeto institucional voltado ao fomento do trabalho decente para vendedores e vendedoras ambulantes, no âmbito da Justiça do Trabalho.

O **PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO** e do **CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

considerando o princípio da dignidade da pessoa humana, o valor social do trabalho, a proibição de todas as formas de discriminação e o direito à saúde e à segurança no trabalho (artigos 1º, inc. III e IV; 3º, IV; 6º; 7º, inc. XXII; 37 e 39, § 3º; 170, caput, da Constituição da República);

considerando a Convenção Interamericana sobre Toda Forma de Discriminação e Intolerância; a Convenção Interamericana Contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância; a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher; a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência; a Convenção n.º 111 da Organização Internacional do Trabalho e os Princípios de *Yogyakarta*;

considerando que a Organização Internacional do Trabalho reconheceu, por meio da Convenção n.º 190 e da Recomendação n.º 206, que a violência e o assédio com base no gênero afetam de forma desproporcional as mulheres e meninas, demandando para a sua erradicação uma "abordagem inclusiva, integrada e sensível ao gênero, que aborde as causas subjacentes e os fatores de risco, incluindo os estereótipos de gênero, a multiplicidade e a intersecção das formas de discriminação e a desigualdade das relações de poder com base no gênero";

considerando que Recomendação n.º 204 da Organização Internacional do Trabalho recorda que os déficits de trabalho decente são mais acentuados na economia informal, devendo os Estados Membros assegurar, por meio de um marco político integrado, a promoção da igualdade e a eliminação de todas as formas de discriminação e violência, incluindo violência de gênero no local de trabalho; a elaboração de políticas de segurança e saúde no trabalho eficazes; a promoção de segurança de rendimento, compreendendo políticas de salários mínimos concebidas adequadamente; e o acesso eficaz à justiça, entre outros;

considerando a adesão do Poder Judiciário brasileiro ao "Pacto pela Implementação da Agenda 2030", que tem por Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a igualdade de gênero, o trabalho decente, o crescimento econômico e a redução das desigualdades, entre outros;

considerando que promover a valorização das pessoas, o trabalho decente e a sustentabilidade, bem como incentivar o respeito à diversidade são valores da Justiça do Trabalho, a teor do Plano Estratégico para o período de 2021 a 2026;

considerando que o meio ambiente do trabalho compreende o conjunto das condições internas e externas do local de trabalho e sua relação com a saúde e a segurança dos trabalhadores;

considerando, por fim, que o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) instituiu, por meio da Resolução n.º 324, de 11 de fevereiro de 2022, o Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho - Programa Trabalho Seguro, cujo objetivo é colaborar com a implementação de políticas públicas voltadas à defesa do meio ambiente, da segurança e da saúde no trabalho, mediante diálogo social e institucional;

#### **RESOLVE:**

**Art. 1º** Instituir Grupo de Trabalho com o objetivo de propor projeto institucional voltado ao fomento do trabalho decente para vendedores e vendedoras ambulantes, no âmbito da Justiça do Trabalho.

**Art. 2º** O Grupo de Trabalho terá a seguinte composição:

- I - **ALBERTO BASTOS BALAZEIRO**, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, que o coordenará;
- II - **ANANDA TOSTES ISONI**, Juíza Substituta do TRT da 10ª Região e Gestora Nacional do Programa Trabalho Seguro;
- III - **ADRIANA MEIRELES MELONIO**, Juíza Auxiliar da Presidência do TST;
- IV - **GABRIELA LENZ DE LACERDA**, Juíza Auxiliar da Presidência do TST;
- V - **VILMA LEITE MACHADO AMORIM**, Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região;
- VI - **DANILO SILVA BARBOSA**, Assessor-Chefe da Assessoria de Promoção ao Trabalho Decente e Direitos Humanos do TST e do CSJT;
- VII - **RENATA QUEIROZ DUTRA**, Professora Adjunta de Direito do Trabalho da UnB, Líder do grupo de pesquisa "Trabalho, Interseccionalidades e Direitos", da Faculdade de Direito da UnB/CNPQ);
- VIII - **THAIS LISBOA SOARES**, Consultora Técnica da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) para a Coordenadoria-Geral de Vigilância em Saúde do Trabalhador (CGSAT);
- IX - **ILAN FONSECA DE SOUZA**, Procurador do Trabalho;
- X - **JÚLIO JOSÉ ARAÚJO JÚNIOR**, Procurador da República;
- XI - **MARIA JÚLIA MIRANDA BALTAR DA ROCHA**, Defensora Pública do Estado do Rio de Janeiro;
- XII - **ANNA CECÍLIA FARO BONAN**, advogada popular do Movimento Unido dos Camelôs/RJ; e (redação dada pelo ATO CONJUNTO TST.CSJT.GP N.º 51/2024)
- XIII - **ALINE APARECIDA MARTINS DE ARAÚJO**, representante do Movimento Unido dos Camelôs;

**Parágrafo único.** A Secretaria-Geral da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho prestará o apoio necessário para a atuação do Grupo.

**Art. 3º** No desenvolvimento de suas atividades, o Grupo de Trabalho poderá convidar pesquisadores(as), professores(as), representantes de entidades de classe e da sociedade civil, entre outros profissionais, para discussão e obtenção de dados estatísticos e informações úteis e necessárias para o atendimento dos objetivos indicados neste Ato.

**Art. 4º** Os trabalhos do grupo serão realizados, preferencialmente, de forma telepresencial.

**Art. 5º** O prazo para a conclusão dos trabalhos do Grupo é de 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogado por igual período.

**Art. 6º** Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

**LELIO BENTES CORRÊA**  
Presidente

\*Republicado nos termos do artigo 1º do ATO CONJUNTO TST.CSJT.GP N° 51, de 31 de julho de 2024.

### ATO CONJUNTO TST.CSJT.GP N.º 51, DE 31 DE JULHO DE 2024.

Altera o Ato Conjunto TST.CSJT.GP n.º 44/2024, que institui Grupo de Trabalho com o objetivo de propor projeto institucional voltado ao fomento do trabalho decente para vendedores e vendedoras ambulantes, no âmbito da Justiça do Trabalho.

O **PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO** e do **CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Alterar o inciso XII do artigo 2º do Ato Conjunto TST.CSJT.GP n.º 44/2024, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....  
XII – **ANNA CECÍLIA FARO BONAN**, advogada popular do Movimento Unido dos Camelôs/RJ;"

**Art. 2º** Republica-se o Ato Conjunto TST.CSJT.GP n.º 44, de 3 de julho de 2024, com a alteração promovida por este Ato.

**Art. 3º** Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

**LELIO BENTES CORRÊA**  
Presidente

**Secretaria Jurídica, Processual e de Apoio às Sessões**

**Distribuição**

**Distribuição**

**Distribuição**

Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Secretaria Jurídica, Processual e de Apoio às Sessões do CSJT

Distribuição n. 183951/2024

Relação de processos distribuídos aos Excelentíssimos Senhores Conselheiros, em 01/08/2024.

**Processo Nº CSJT-MON-0002305-24.2023.5.90.0000**

Complemento

Processo Eletrônico

Relator

CONSELHEIRO RICARDO HOFMEISTER DE ALMEIDA MARTINS-COSTA

INTERESSADO(A)

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

**Intimado(s)/Citado(s):**

- TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

Brasília, 01 de agosto de 2024

Bráulio Gabriel Gusmão

Secretário-Geral

**ÍNDICE**

Conselho Superior da Justiça do Trabalho	1
Ato	1
ATO CONJUNTO	1
Secretaria Jurídica, Processual e de Apoio às Sessões	6
Distribuição	6
Distribuição	6